

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.074 - SP (2019/0354114-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO MARTINELLI SCRIGNOLI - SP332406  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEX SANDRO AUGUSTO DOS REIS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEX SANDRO AUGUSTO DOS REIS contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar contido no HC n. 2256883-85.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu denúncia em desfavor do paciente, imputando-lhe a prática dos crimes tipificados no art. 303, § 1º, c/c o art. 302, inciso IV, ambos da Lei n. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), no art. 61, inciso II, alínea "h", do Código Penal e nos arts. 304, *caput*, e 305, *caput*, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, em concurso material (e-STJ fls. 7/10).

Narra a denúncia que o paciente, conduzindo veículo de transporte de passageiros, praticou lesão corporal culposa na vítima Maria Aparecida Franco, produzindo-lhe as lesões corporais de natureza grave, consistente na incapacidade para atividade habituais por mais de trinta dias e debilidade do quarto dedo da mão direita.

Prossegue o *Parquet* relatando que, "Segundo se apurou, nas circunstâncias de tempo e local acima descritas, a vítima fez sinal para o denunciado, motorista do micro-ônibus da linha 341, prefixo 060, avisando que desejava ingressar no veículo e que, por contar com idade avançada, entraria pela porta traseira. Ao começar a subir a escada de acesso ao veículo, posicionou um dos pés no degrau da porta traseira e apoiou ambas as mãos no corrimão do

# Superior Tribunal de Justiça

veículo, mas antes que a vítima tivesse conseguido entrar no ônibus, o indiciado acelerou o veículo e partiu, fechando a porta traseira e fazendo com que a vítima ficasse presa. A vítima foi arrastada por alguns metros, até que passageiros começaram a gritar. O indiciado abriu a porta, momento em que a vítima Maria caiu para fora do veículo. Em seguida, o denunciado, sem prestar socorro à vítima, continuou dirigindo, afastando-se do local do acidente para evitar sua responsabilidade cível e criminal" (e-STJ fl. 8).

A denúncia foi recebida pelo Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Campinas/SP.

Narra a Defensoria Pública que, no dia previamente designado para a realização de audiência de instrução, em 4/9/2019, o paciente encontrava-se em reunião de trabalho na cidade de Santa Bárbara D'Oeste.

Assim, a referida audiência ocorreu sem a presença do ora paciente.

Alega que requereu ao Juízo de primeiro grau nova oportunidade de interrogatório, diante da comprovação de justificativa relevante, contudo, o pedido foi indeferido em duas oportunidades.

Irresignado, o paciente, assistido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, requerendo, liminarmente, a realização de nova audiência com a exclusiva finalidade de interrogar o paciente e, no mérito, seja concedida a ordem para cassar as decisões de indeferimento, confirmando-se a liminar pretendida.

No entanto, em decisão monocrática do dia 19/11/2019, o Desembargador Relator, Dr. Newton Neves, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 23/24).

Em consulta ao sítio eletrônico do TJSP, no que se refere ao andamento processual do HC n. 2256883-85.2019.8.26.0000, esta Relatoria verificou que, no dia 25/11/2019, o processo foi encaminhado ao Ministério

# Superior Tribunal de Justiça

Público para proferir parecer.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual a Defensoria Pública Estadual reitera os mesmos argumentos do *mandamus* originário, sustentando que o interrogatório do acusado é imprescindível no caso concreto para que se esclareça se houve ou não violação a dever de cuidado.

Obtempera que *o paciente esta solto e a designação de nova audiência com a exclusiva finalidade de interrogá-lo não acarretará qualquer prejuízo a ele e à pauta de processos da Vara auxiliar, que está em dia com agenda, com espaço para não mais que um mês* (e-STJ fl. 6).

Pugna, liminarmente, pela realização de nova audiência com a exclusiva finalidade de interrogar o ora paciente. No mérito, *requer-se a concessão da ordem para reconhecer o constrangimento ilegal e cassar as decisões de indeferimento, confirmando-se a liminar* (e-STJ fl. 6).

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço argumentativo da ilustre defesa, o presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade.

A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).*

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT.AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.**

- 1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*
- 2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*
- 3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*
- 4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Com efeito, conforme se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois, numa análise própria

do pedido liminar, encontra-se suficientemente fundamentada, *in verbis* (e-STJ fls. 23/24):

*Cuida-se de pedido de habeas corpus impetrado em favor de Alex Sandro Augusto dos Reis pela Defensoria Pública, alegando a impetrante, em síntese, sofrer o paciente constrangimento ilegal por ato do Juízo que indeferiu pedido de realização de nova audiência para seu interrogatório.*

*Expõe que o paciente foi denunciado por suposta prática do crime de lesões corporais culposa na direção de veículo de transporte, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o dia 04/09/2019 e a audiência ocorreu sem sua presença, sendo determinada a apresentação de memoriais pelas partes. Ocorre que na mesma data o paciente se encontrava em reunião de trabalho em outra cidade e foi apresentada pela defesa a justificativa para o não comparecimento, pleiteando-se nova oportunidade de interrogatório, nos termos do art. 196 do CPP, mas o pedido foi indeferido por não constar o horário da reunião de trabalho e, apresentado novo pedido com informação do horário em que ocorreu a reunião, este foi indeferido sem fundamentação alguma.*

*Sustenta que o interrogatório do paciente é imprescindível no caso concreto para que se esclareça se houve ou não violação a dever de cuidado; se, em caso de infração a dever de cuidado, se era possível agir conforme a norma, de modo que é evidente o prejuízo causado pelo indeferimento de nova audiência com a finalidade de ser ele interrogado.*

*Pede a concessão da liminar para que seja determinada a realização de nova audiência com a exclusiva finalidade de interrogar o paciente e, no mérito, a ordem para que sejam cassadas as decisões de indeferimento, confirmando-se a liminar concedida.*

*Indefiro a liminar.*

*No caso examinado, onde imputa-se ao paciente a prática dos crimes tipificados no art. 303, §1º, c.c. o art. 302, IV, ambos da Lei nº 9.503/97, e art. 61, II, "h", do Código Penal, e no art. 304, "caput", e no art. 305, "caput", ambos da Lei nº 9.503/97, todos em concurso material, conforme denúncia aqui nas fls. 05/07, não se vislumbra patente ilegalidade ou teratologia nas decisões proferidas passível de concessão da ordem em liminar, observando-se não há evidência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, vez que possível é a determinação de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*designação de nova audiência para interrogatório a qualquer tempo.*

*Anota-se, ainda, que eventual nulidade do feito ou cerceamento de defesa são matérias que demandam um exame aprofundado do caso. o que é impossível de se verificar nesse restrito estudo.*

*Desse modo. ausente constrangimento ilegal manifesto e detectado de imediato através do exame sumário da inicial, necessária a análise cuidadosa de fatos concretos e documentos, adequada à ampla cognição da C. Câmara competente.*

*Assim sendo, processe-se, requisitando-se as informações á autoridade coatora.*

*A seguir, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer e, por fim, tomem conclusos.*

Nesse sentido, tendo em vista que o mérito do *habeas corpus* lá impetrado, em especial sobre o alegado cerceamento de defesa pelo indeferimento de nova audiência para o interrogatório do paciente, será tratado em sede de cognição exauriente, quando do julgamento definitivo, não visualizo a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem, de ofício, nesta instância superior.

Além disso, esta Corte fica impedida de apreciar, de logo, o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ao ensejo, destaco os seguintes precedentes desta Corte Superior:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. MANDAMUS IMPETRADO PERANTE O E. TRIBUNAL A QUO AINDA NÃO APRECIADO. DENEGAÇÃO DE LIMINAR. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.*

*I - Hipótese em que a impetração se volta contra r. decisão monocrática por meio da qual foi indeferido pedido de medida liminar, ainda não tendo ocorrido o julgamento colegiado do mérito do writ no e. Tribunal a quo.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***II - Em princípio, descabe o uso de habeas corpus para cassar indeferimento de liminar a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do c. Pretório Excelso ("Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar").***

***III - No caso concreto, não verifico situação de flagrante ilegalidade a justificar a superação do óbice sumular, razão pela qual se mostra descabido o uso de habeas corpus para cassar a r. decisão que indeferiu o pedido liminar, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes do c. Pretório Excelso e do STJ).***

*Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 127.496/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 17/3/2009, DJe de 27/4/2009) - grifei.*

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. CORRUPÇÃO ATIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. WRIT CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE JULGOU A IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA PREJUDICADA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

***1. Dispõe a Súmula 691 do STF que não compete àquela Corte - nem, por analogia, a este Superior Tribunal - conhecer de habeas corpus contra decisão de relator que indefere pedido de liminar na origem. Ressalva-se a aplicabilidade de referido verbete sumular quando o julgado se apresentar flagrantemente ilegal ou teratológico, o que não ocorre na espécie.***

***2. Tal entendimento é aplicável, igualmente, à hipótese em que a impetração originária tenha sido julgada por decisão unipessoal de relator, ainda sujeita à interposição de agravo regimental, sem que a matéria tenha sido submetida a análise por órgão colegiado do Tribunal a quo e, portanto, não esgotadas as vias ordinárias, impondo-se o indeferimento liminar do mandamus, sob pena de indevida supressão de instância.***

***3. O decreto prisional menciona que o paciente, denunciado pela suposta prática dos crimes de corrupção ativa,***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*organização criminosa e lavagem de dinheiro, teve a sua prisão preventiva decretada em razão da existência de prova de materialidade delitiva e indícios de autoria, além de elementos a indicar a necessidade da segregação acautelatória, com vistas a garantir a ordem pública e a instrução criminal.*

**4. A teor da jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, o habeas corpus não é o meio adequado para se perquirir a incompetência de magistrado, caso esta não reste manifestamente evidenciada nos autos, pois a análise de tal questão demandaria o revolvimento de provas, o que é vedado na via estreita do writ, devendo a matéria ser objeto de exceção.**

*5. Não tendo sido demonstrada a ocorrência de flagrante ilegalidade nos autos, não há se falar em mitigação da Súmula 691/STF.*

*6. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 339.293/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe de 23/11/2015) - grifei.*

Desse modo, não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator